Revista Brasileira de Educação em Geografia
ISSN 2236-3904

O BRASIL É INDEPENDENTE?
Geografia e ideologia no primeiro manual escolar do liberalismo português

Sérgio Claudino [1]
sergio@campus.ul.pt

Resumo
Há um grande consenso sobre a relevância dos livros escolares nas práticas escolares, acusados de prescritores das atividades desenvolvidas na sala de aula. Para além de informações, os manuais transmitem mensagens ideológicas, como sucede em Geografia, disciplina de matriz nacionalista, surgida ao serviço da afirmação e dos interesses do estado-nação oitocentista. Em 1826, é publicado o primeiro livro escolar português de Geografia do período liberal, da autoria do diplomata Casado Giraldes. Portugal ainda alimenta a esperança de que subsista a união política entre Portugal e o Brasil, na figura do Imperador D. Pedro I, do Brasil, e herdeiro da Coroa portuguesa. Sem considerar o Brasil uma possessão de Portugal, o autor escolar não reconhece a sua independência, numa evidente ambiguidade de discurso. Sobre o Brasil, tece as mais elogiosas observações, discurso que iremos encontrar em manuais que se foram publicando ao logo de muitos decénios. Os livros escolares de Geografia socializam interesses institucionais e políticos, como sucede no manual de 1826, em inverosímil objetividade científica, mas também as próprias representações coletivas dominantes que se vão construindo e consolidando.

Palavras-chave
Ensino de Geografia, Manual escolar, Independência, Brasil, Portugal.

EL BRASIL ES INDEPENDIENTE?
Geografía e ideología en el primero libro de texto del liberalismo portugués

Resumen
Existe un gran cosenso sobre la relevancia de los libros de texto en las prácticas escolares, acusados de prescriptores de las actividades desarrolladas en el aula. Además de la información, los manuales transmiten mensajes ideológicos, como sucede en Geografía, disciplina de matiz nacionalista surgida al servicio de la afirmación y de los intereses del estado-nación ochocentista.

[1] Professor Doutor pela Universidade de Lisboa. Professor do Centro de Estudos Geográficos/Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Endereço: Avenida Professor Gama Pinto, 1649-003. Lisboa, Portugal.

En 1826 se publicó el primer libro escolar portugués de Geografía del periodo liberal escrito por el diplomático Casado Giraldes. Portugal aún mantiene la esperanza de que subsista una unión política entre Portugal y Brasil en la figura del Emperador D. Pedro I de Brasil, heredero de la Corona portuguesa. Sin considerar a Brasil como una posesión de Portugal, el autor del libro de texto no reconoce su independencia, en una evidente ambigüedad del discurso. Sobre Brasil, teje las más elogiosas observaciones, discurso que se encontrará en los libros de texto que se van publicando a lo largo de muchos decenios. Los libros escolares de Geografía socializan intereses institucionales y políticos, como sucede en el manual de 1826, no solo inverosímiles en la objetividad científica, si no también en las propias representaciones colectivas dominantes que se van construyendo y consolidando.

Palabras clave
Enseñanza de la Geografía, Manual escolar, Independencia, Brasil, Portugal.

Manuais escolares portugueses: uma assinalável atenção ao Brasil

Descobrimos os livros escolares (*livros didáticos*, no Brasil) nas primeiras letras, transportamo-los em anos de escola, lembramo-los pela vida. Sobre eles recai a generalizada e intuitiva convicção de conformadores de alunos-aprendizes, prescritores de discursos e práticas docentes, pequenos grandes ditadores da sala de aula. Indispensados, mesmo se mal-queridos, os manuais escolares são alvo de recorrentes invetivas, porque de menor rigor científico ou porque suportam práticas tradicionais de ensino. Os manuais serão dos livros que mais lemos, mas não merecem lugar de destaque nas estantes das nossas salas. Na relação de mal-estar que com eles se estabelece, questiona-se a liberdade de os produzir e de os docentes os selecionarem para as suas escolas, como se tal não ferisse princípios em que repousa a própria instituição educativa.

Apesar das atenções e recriminações de que são alvo, descuidamo-nos sobre a forma como estes livros concretizam os saberes institucionais.

Se Portugal não merece uma atenção particular por parte do ensino de Geografia no Brasil, já este país é valorizado nos livros escolares portugueses de Geografia. No presente artigo, detemo-nos na abordagem que o primeiro manual escolar de Geografia do liberalismo português (instaurado em 1820) faz do recém-independente Brasil - com as especificidades próprias deste período, reconhece-se no seu discurso alguns dos traços que marcarão a descrição do Brasil em livros escolares de Geografia posteriores. O presente texto deve ser encarado como introdutório de um estudo mais amplo sobre as representações escolares do Brasil nos livros escolares portugueses de Geografia.

Manuais escolares: recurso educativo *privilegiado* e fontes *autoritárias* de saber

Há um assinalável consenso entre atores institucionais e académicos sobre a relevância educativa dos manuais escolares. Em Portugal, a Lei de Bases do Sistema Educativo classifica os manuais escolares como o primeiro dos recursos educativos *privilegiados*[2]; a sucessiva legislação publicada sobre os mesmos e o processo de certificação oficial desencadeado a partir de 2006[3], e entretanto implementado, confirmam a atenção particular que lhes é concedida pelo poder político. Rafael Tormenta (1996, p. 9) defende que, nas escolas portuguesas, os manuais não só assumem as funções de informação, estruturação da aprendizagem e de guia do aluno como, por vezes, substituem o programa da disciplina. Este destaque parece ter pleno acolhimento junto dos professores portugueses de Geografia: numa investigação desenvolvida junto dos mesmos, 77% destacam os manuais de entre os restantes recursos escolares, numa valorização que o testemunho dos alunos sobre a sua utilização na sala de aula ainda enfatiza (ALBERTO, 2001, p. 115).

À escala internacional, a atenção concedida pela UNESCO à produção de manuais não deixa dúvidas sobre a forma como os valoriza quanto ao processo de socialização do saber. O livro de Francois Richaudeau sobre *Conception et production des manuels scolaires. Guide pratique*, com primeira edição em 1979, e alvo de sucessivas reimpressões e edições, tem a manifesta preocupação de se elaborarem manuais escolares bem organizados e a baixo custo (a pensar, particularmente, nos países mais pobres). A publicação de outros textos sobre estes livros e a investigação desenvolvida, também em parceria com outras entidades e instituições, atestam a convicção desta Agência das Nações Unidas sobre o papel decisivo dos manuais escolares na construção das aprendizagens.

Na realidade, estes livros absorvem 85% das despesas mundiais com material escolar (RICHAUDEAU, 1979, p. 15) e nos Estados Unidos estima-se que ocupem 75% do tempo na sala de aula e 90% do de trabalho de casa (APPLE, 1997, p. 85). Jurjo Torres (1995) refere-se, mesmo, à coerção exercida sobre os alunos pelos livros de texto. Robert (1989) considera que, em 83% das aprendizagens, os manuais aprofundam os conteúdos dos programas e Claudino (2001) defende que, no século XIX, os manuais escolares portugueses de Geografia influenciaram o texto dos próprios programas, surgidos mais

[2] Alínea a) do nº 2 do Artigo 41.º da Lei n.º 46/86

[3] Artigo 16º da Lei nº 47/2006, de 28 de agosto

tardiamente. Falk Pingel (2010) sublinha que um manual contém mais do que um número inacreditável de informações: vincula um conjunto de normas e crenças que vão marcar a sociedade e, não por acaso, afirma que tal sucede em particular nas disciplinas de História e de Geografia. Johnston (2006) associa a manipulação ideológica a uma informação intencionalmente incompleta ou distorcida; referindo-se especificamente à disciplina de Geografia, acusa os manuais de fontes *autoritárias* de informação (idem, p. 292).

Esta autoridade é tanto intrínseca, sobretudo pelas diferenças dos códigos escritos e orais (CASTELL, LUKE, LUKE, 1989), como extrínseca, por se encontrar associada ao reconhecimento público das instituições educativas. Para a generalidade dos públicos escolares e, em especial, para os alunos, os livros escolares divulgam conhecimentos socialmente autorizados e *legítimos* (PLOSZAJSKA, 1998; APPLE, 1997).

Richaudeau (1979, p. 54) considera que a primeira função dos manuais é a de informação, *com tudo que isso implica de «filtragens»*, de *«escolha»* e Choppin (1992, p. 22) não hesita em afirmar que manual escolar é um *instrumento de poder*, lembrando que ele se dirige a um público jovem, mais facilmente manipulável. Moore (2011) alerta para o facto de o manual poder ser encarado como um veículo de transmissão de mensagens ideológicas que suportam valores, normas e crenças.

Tal é seguramente a situação dos manuais de Geografia: disciplina que emerge num século XIX em que se afirma o estado-nação, sendo a identidade territorial um elemento básico na formação da consciência nacional, *o conhecimento nacional sempre desempenhou um papel determinante na coesão da comunidade nacional* (LESTEGÁS, 2009, p. 305). A disciplina de Geografia surge como instrumento de identificação dos jovens cidadãos com o território pátrio, o que marca decisivamente a matriz ideológica desta disciplina (Claudino, 2011).

Os seus manuais ficam sob o olhar crítico de pacifistas e organizações internacionais, sobretudo após a I Grande Guerra. Num registo que não se pretende exaustivo, recorde-se que em 1932, e aprofundando a *Resolução Casares* adoptada pela Liga das Nações seis anos antes, determina-se que a actuação dos Comités Nacionais, entretanto constituídos para *vigiar* os manuais escolares, seja alargada aos livros de Geografia, entre outras disciplinas (CLAUDINO, 2001). Já depois da II Guerra Mundial, entre 1949 e 1952, sucedem-se as conferências sobre os livros escolares. Em 1951, publica-se o *Handbook of Suggestions on the Teaching of Geography - towards world understanding* e, dois anos depois, a UNESCO divulga *History, Geography and Social*

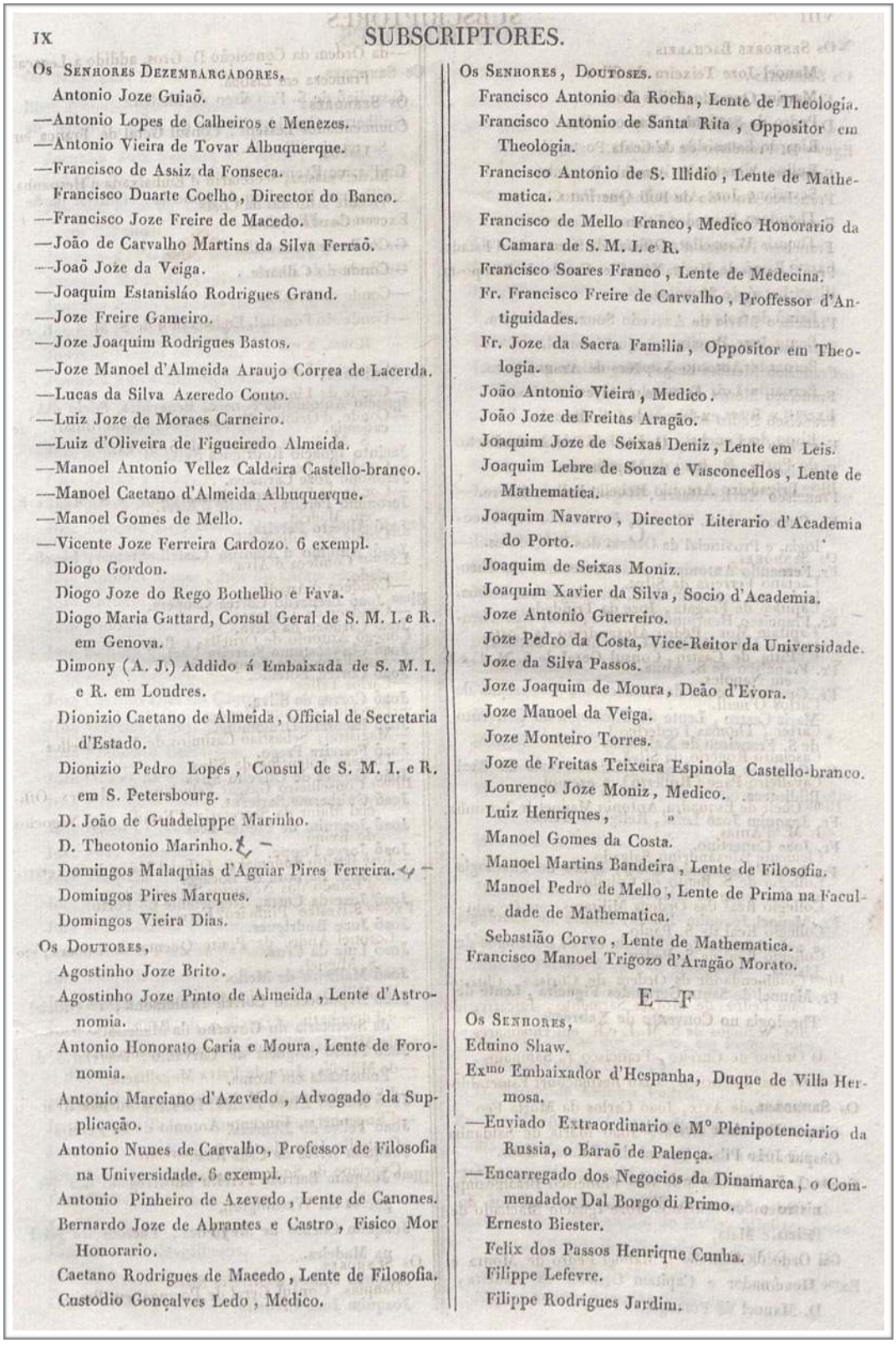
Studies: a summary of school programmmes in fifty-three countries (idem, p. 67). Em 1961, à semelhança do que já sucedia para os manuais de História, o Conselho da Europa inicia a organização de conferências sobre manuais escolares de Geografia, num esforço de tentar evitar a inclusão de referências menos favoráveis a outros países – preocupação partilhada (e acompanhada) pela UNESCO, pela União Europeia e pelo Georg Eckert Institute, fundado em 1949, em Brunswick/Alemanha, pelo pacifista alemão que lhe viria a dar o nome.

Sem se discutirem as generosas intenções de instituições e entidades internacionais e promoverem a aproximação entre os povos, através de um discurso que contrarie os egocentrismos nacionais, estas preocupações testemunham como os manuais escolares, também de Geografia são suscetíveis de serem manipulados e constituem instrumentos de poder.

Casado Giraldes: um autor institucional

Em 1826, é publicado em Paris, por três casas editoriais (Fantin, Livreiro; Rey e Gravier, Livreiros; Aillaud, Livreiro), o primeiro livro escolar do liberalismo português, da autoria de Joaquim Pedro Cardoso Casado Giraldes: *Compêndio de Geografia-Histórica Antiga e Moderna, e Cronologia, para uso da Mocidade Portuguesa. Dedicado ao Illmo e Exmo Sor D. Pedro de Souza e Holstein, Marquez de Palmella*.

Casado Giraldes é oficial do exército, membro de algumas ordens, ex-governador e Capitão Geral da Madeira, cônsul, homem culto e viajado pela Europa, vindo a morrer em 1845, em Génova (SILVA, 1860, p. 142-143). Interessado pelos aspetos históricos e geográficos do território português, redige obras de carácter *científico*, antes e depois do seu livro escolar – com destaque para o *Tratado Completo de Cosmografia, e Geografia-Histórica, Física e Comercial, Antiga e Moderna*, sendo publicados quatro dos seis volumes inicialmente previstos, o primeiro dos quais em 1825. O *Tratado* possui uma lista de subscritores, encabeçada pelo rei, a quem dedica a sua obra; em meados do decénio seguinte, esta obra é ainda tida como referência (BOTELHO, 1835).



IX

SUBSCRIPTORES.

Os Senhores Dezembargadores,

Antonio Joze Guiaõ.
—Antonio Lopes de Calheiros e Menezes.
—Antonio Vieira de Tovar Albuquerque.
—Francisco de Assiz da Fonseca.
Francisco Duarte Coelho, Director do Banco.
—Francisco Joze Freire de Macedo.
—João de Carvalho Martins da Silva Ferraõ.
—Joaõ Joze da Veiga.
—Joaquim Estanisláo Rodrigues Grand.
—Joze Freire Gameiro.
—Joze Joaquim Rodrigues Bastos.
—Joze Manoel d'Almeida Araujo Correa de Lacerda.
—Lucas da Silva Azeredo Couto.
—Luiz Joze de Moraes Carneiro.
—Luiz d'Oliveira de Figueiredo Almeida.
—Manoel Antonio Vellez Caldeira Castello-branco.
—Manoel Caetano d'Almeida Albuquerque.
—Manoel Gomes de Mello.
—Vicente Joze Ferreira Cardozo. 6 exempl.
Diogo Gordon.
Diogo Joze do Rego Bothelho e Fava.
Diogo Maria Gattard, Consul Geral de S. M. I. e R. em Genova.
Dimony (A. J.) Addido á Embaixada de S. M. I. e R. em Londres.
Dionizio Caetano de Almeida, Official de Secretaria d'Estado.
Dionizio Pedro Lopes, Consul de S. M. I. e R. em S. Petersbourg.
D. João de Guadeluppe Marinho.
D. Theotonio Marinho.
Domingos Malaquias d'Aguiar Pires Ferreira.
Domingos Pires Marques.
Domingos Vieira Dias.

Os Doutores,

Agostinho Joze Brito.
Agostinho Joze Pinto de Almeida, Lente d'Astronomia.
Antonio Honorato Caria e Moura, Lente de Foronomia.
Antonio Marciano d'Azevedo, Advogado da Supplicação.
Antonio Nunes de Carvalho, Professor de Filosofia na Universidade. 6 exempl.
Antonio Pinheiro de Azevedo, Lente de Canones.
Bernardo Joze de Abrantes e Castro, Fisico Mor Honorario.
Caetano Rodrigues de Macedo, Lente de Filosofia.
Custodio Gonçalves Ledo, Medico.

Os Senhores, Doutores.

Francisco Antonio da Rocha, Lente de Theologia.
Francisco Antonio de Santa Rita, Oppositor em Theologia.
Francisco Antonio de S. Illidio, Lente de Mathematica.
Francisco de Mello Franco, Medico Honorario da Camara de S. M. I. e R.
Francisco Soares Franco, Lente de Medecina.
Fr. Francisco Freire de Carvalho, Proffessor d'Antiguidades.
Fr. Joze da Sacra Familia, Oppositor em Theologia.
João Antonio Vieira, Medico.
João Joze de Freitas Aragão.
Joaquim Joze de Seixas Deniz, Lente em Leis.
Joaquim Lebre de Souza e Vasconcellos, Lente de Mathematica.
Joaquim Navarro, Director Literario d'Academia do Porto.
Joaquim de Seixas Moniz.
Joaquim Xavier da Silva, Socio d'Academia.
Joze Antonio Guerreiro.
Joze Pedro da Costa, Vice-Reitor da Universidade.
Joze da Silva Passos.
Joze Joaquim de Moura, Deão d'Evora.
Joze Manoel da Veiga.
Joze Monteiro Torres.
Joze de Freitas Teixeira Espinola Castello-branco.
Lourenço Joze Moniz, Medico.
Luiz Henriques, "
Manoel Gomes da Costa.
Manoel Martins Bandeira, Lente de Filosofia.
Manoel Pedro de Mello, Lente de Prima na Faculdade de Mathematica.
Sebastião Corvo, Lente de Mathematica.
Francisco Manoel Trigozo d'Aragão Morato.

E—F

Os Senhores,

Eduino Shaw.
Exmo Embaixador d'Hespanha, Duque de Villa Hermosa.
—Enviado Extraordinario e Mº Plenipotenciario da Russia, o Baraõ de Palença.
—Encarregado dos Negocios da Dinamarca, o Commendador Dal Borgo di Primo.
Ernesto Biester.
Felix dos Passos Henrique Cunha.
Filippe Lefevre.
Filippe Rodrigues Jardim.

Figura 1 - Primeira página de subscritores do manual de Casado Giraldes
Fonte: Giraldes, 1826, p. IX

Também o livro escolar de Casado Giraldes conta com dezenas de subscritores (Figura 1), recrutados entre as elites portuguesas, e identificados ao longo de quase quatro páginas, referindo-se quase sempre as suas funções – estes subscritores, ao apoiarem financeiramente e de forma pública a produção do manual de Geografia, reforçam a representatividade institucional e social do seu autor.

O Marquês de Palmela, a quem este livro é dedicado, é um conhecido diplomata e Ministro dos Estrangeiros, liberal moderado que D. Miguel chega a aprisionar, e participa no processo de reconhecimento da independência do Brasil por Portugal. Com o avanço das forças conservadoras, provavelmente para o salvaguardar fisicamente, o rei envia-o para fora do país (VARGUES, TORGAL, 1998). Sobre D. João VI, Casado Giraldes afirma-se *venerador e atencioso servo* (GIRALDES, 1826, p. iv) e refere-se ainda ao monarca como *Magnânimo soberano, Pai dos Portugueses, e Émulo dos melhores Reis* (idem, p. 20). Dificilmente a dedicatória poderia traduzir maior apreço ao monarca, que Marques (1986, p. 9) considera simbolizar, juntamente com o governo, uma *ala moderada do centro*. Recorde-se que, após a morte de D. João VI (1826), Portugal enfrentará a única grande guerra civil da sua história, entre absolutistas e liberais, liderados respetivamente por D. Miguel e D. Pedro, filhos do rei.

Homem do liberalismo, Casado Giraldes escreverá um texto sobre a aceitação do novo regime na ilha da Madeira, a *Relação circunstanciada do modo com que se desenvolveu, se promoveu, e se proclamou a Constituição na ilha da Madeira em 28 de Janeiro de 1821* (SILVA, 1860, p. 142-143) e, em Paris, acolherá diversos portugueses refugiados (RIBEIRO, 1872, p. 334).

Com a subida ao poder dos absolutistas, seria intolerável a circulação de um livro escolar com as referências ideológicas de Casado Giraldes. Depois de diligências encetadas em 1827 e mal sucedidas, em 7 de Novembro de 1829, o Governo ordena a Frei José de Sacra Família/Padre José da Silva Tavares, professor de Aritmética e Geografia do referido Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, que elabore um compêndio para o respetivo ensino (RIBEIRO, 1876, p. 385), o qual será publicado em 1830, em *substituição* do livro de Casado Giraldes – que representa, de forma inequívoca, a elite liberal moderada que emerge com a Revolução liberal de 1820.

Na definição dos grandes ciclos da produção portuguesa de manuais escolares, diferenciamos o segundo quartel do século XIX, como sendo de "iluminismo tardio" (CLAUDINO, 2000). Na realidade, subsistem os princípios dos racionalistas da segunda metade de XVIII, cujo olhar e fascínio incide sobre a terra, no seu conjunto e, não, sobre territórios particulares. Em França, de 1751-1780 e com apoio de um grupo

de letrados, Denis Diderot (1713-1784) publicara 36 volumes da *Encyclopedie, ou dictionnaire raisonné des sciences des arts et des metiers*... Sem prejuízo da divisão do planeta e regiões, com base nos contrastes físicos, os enciclopedistas desvalorizam a escala nacional. A Universidade de Coimbra, reformada pelo Marquês de Pombal de acordo com os princípios iluministas, incorpora aquele discurso, que reconhecemos na Geografia Geral dos manuais escolares de Geografia. Casado Giraldes, que reside e publica o seu livro em Paris, a cidade da Revolução Francesa, não resiste a alongar-se sobre Portugal e justifica-se, em nota de rodapé: "Excedemos os limites de um Compêndio no artigo Portugal; mas que havíamos de fazer se é a nossa cara Pátria!" (GIRALDES, 1826, p. 23). O autor está consciente da ortodoxia iluminista mas assume o apelo e a contradição nacionalista.

Uma independência dificilmente aceite no Reino

Portugal resiste a reconhecer a independência do Brasil, gritada em 1822 por D. Pedro I, brevemente aclamado imperador do novo país. Maria Manuela Lucas (1998, p. 250) refere-se às reações de "constrangimento e perturbação" que se reconhecem na imprensa portuguesa da época, bem como às "hesitações que precederam o reconhecimento da emancipação brasileira", enquanto Oliveira Marques (1986, p. 7) nota que a independência do Brasil "emprestou aos liberais grande impopularidade" e que um dos objetivos da Revolução de 1820, "o de trazer de novo o Brasil à condição de colónia, falhara". O poder político de Lisboa reluta em aceitar a deriva independentista da sua maior e mais rica possessão. Com forte mediação inglesa, em 29 de agosto de 1825 é assinado no Rio de Janeiro o Tratado de Paz e Amizade, com que formalmente termina a Guerra da Independência do Brasil, ratificado por Portugal em 15 de novembro do mesmo ano. Pelo mesmo Tratado, D. João VI é reconhecido Imperador Titular do Brasil, abdicando no seu filho, D. Pedro de Alcântara, herdeiro da coroa portuguesa – o que permitia alimentar a expetativa da manutenção da união política futura dos dois territórios, na pessoa de D. Pedro.

Na ambiguidade política do Tratado, o Brasil tinha, simultaneamente, um imperador e um rei, entre 1822 e 1825, e dois imperadores, entre 1821 e 1826. Entretanto, a Constituição portuguesa de 1822 considera que o seu território forma o Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves (Artigo 20º) e divide, cautelosamente, tanto o território da Europa como da América, em *províncias* – o que não ocorre em relação aos

territórios portugueses dos outros continentes. É evidente a preocupação em não melindrar a população brasileira com um tratamento constitucional que fosse considerado mais depreciativo.

Os Açores na América, Portugal nas "4 partes do mundo"

A localização continental que Casado Giraldes atribui aos Açores, no seu livro escolar, reflete igualmente alguma da perplexidade que atinge Portugal com a independência do Brasil. Este autor inicia a segunda parte do seu manual com a descrição de Portugal (território na Península Ibérica), designação redigida no título em maiúsculas. Enquadrada nesta descrição, em sub-título, surge a referência às *Possessões Ultramarinas*.

Casado Giraldes (1826, p. 21) afirma que *A Monarquia Portuguesa compõe-se de Possessões nas 4 partes do mundo*. O Brasil não é considerado *possessão* - designação que está ausente da prudente e iluminada Constituição de 1822, mas que o discurso popular e dos autores mantêm nos manuais. Qual é, então, a possessão localizada na América? Os Açores.

Este arquipélago dista cerca de 1500 quilómetros do território continental europeu e quase 2000 quilómetros de território canadiano, localizado a noroeste dos Açores – sendo os contactos mais frequentes realizados com a América do Norte, entre cuja latitude se encontram os Açores. Adrien Balbi (1822), autor da principal obra de Geografia portuguesa da primeira metade de XIX, localiza os Açores na Europa. Antes, o prestigiado geógrafo Conrad Malte-Brun, cujo *Précis de la Géographie Universelle*…, de 1810, fora produzido também em Paris, estabelece uma norma que faz escola (com as exceções que a ideologia sempre consagra): as ilhas localizam-se no continente de que se encontram mais próximas. Contraditoriamente, o próprio Malte-Brun localiza os Açores em África; J. J. N. Huot, quando revê o texto de Malte-Brun, observa que Adrien Balbi já inserira os Açores na Europa, o que igualmente Huot faz (MALTE-BRUN, 1835, p. 274); dois anos depois, também José Urcullu (1837), outro autor não-escolar, atribuirá uma localização europeia aos Açores. Mas o mais surpreendente será o facto de, no seu *Tratado Completo*, Casado Giraldes ter localizado os Açores na Europa, ao contrário do que faz no manual escolar.

Tomemos, agora, por referência a localização do mesmo arquipélago pelo conjunto dos autores escolares portugueses deste período de *iluminismo tardio*, que se estende até 1850 (CLAUDINO, 2000).

Num manual de 1835, intitulado *Geografia* e cujo autor se identifica com Anónimo, não é localizado o arquipélago (Tabela 1). No livro publicado em 1847 por autores que se identificam de "Três Anónimos" e intitulado *Tratado de Geografia, Cronologia, e História Sagrada, Profana, e de Portugal…*, refere-se apenas a ilha açoriana mais ocidental, Santa Maria, associada à Europa. Sacra Família, Silva Carneiro (1844, no livro para a instrução secundária) localizam os Açores neste continente, bem como o autor Anónimo (que já publicara em 1845) quando faz sair o seu livro em 1849. Antes, em 1845, o autor Anónimo localizara os Açores em África, à semelhança do que fazem Silva Carneiro (1845, no seu livro para a instrução primária) e o Abade Gaultier (1846) Os Açores encontram-se um pouco mais próximos da Europa do que de África, o que tornará menos estranha a localização neste último continente, embora ela se possa prender com a relutância ideológica em considerar este território insular e periférico como europeu (CLAUDINO, 2001). Apenas Casado Giraldes localiza os Açores na América, o que faz só no seu manual escolar, como se referiu.

Tabela 1 - Localização continental dos Açores pelos autores escolares (1826-1850)

Ano	Autor	Europa	África	América
1826	Casado Giraldes			Açores
1830	Sacra Família	Açores		
1835	Anónimo			
1844	Silva Carneiro	Açores		
1845	Silva Carneiro		Açores	
1845	Anónimo		Açores	
1846	Abade Gaultier		Ilhas dos Açores	
1847	Três Anónimos	Santa Maria (Açores)		
1849	Anónimo	Açores		
1850	Forjaz Sampaio	Arquipélago dos Açores		

Org.: Claudino, 2001, p. 185

A localização dos Açores na América terá uma evidente explicação ideológica: depois de séculos de orgulhosa presença nas *quatro partes do mundo*, é

difícil a Casado Giraldes abandonar esta afirmação que alimenta o orgulho português, quando se dirige à *Mocidade* portuguesa. Para a manter, localiza os Açores na América. As consequências da secessão do Brasil parecem dolorosas, do ponto de vista da representação escolar portuguesa do seu império colonial.

A ambiguidade do estatuto político do Brasil

Na primeira parte do seu livro, de Geografia Geral, Casado Giraldes faz uma apresentação da divisão política dos vários continentes. Numa nota de rodapé, este autor (GIRALDES, 1826: 9) dá conta de como as possessões espanholas "se declararam independentes", mas de como ele, "como geógrafo" (cientista), as não considera como tal, por não terem sido reconhecidas por Espanha. Já em relação ao Brasil, considera-o "Estado Europeu" e com "Governo colonial" (idem). Casado Giraldes identifica adiante a data da ratificação do Tratado de 1825, que reconhece, de facto, a independência do Brasil. O que o levaria a cometer um erro tão grosseiro no seu livro escolar? Seguramente, não é a falta de informação.



EUROPA-AMERICANOS, ESTADOS EUROPEOS, E ABORIGENES. (*Veja-se* Comp. AB, Geog. N. IV a XI.)

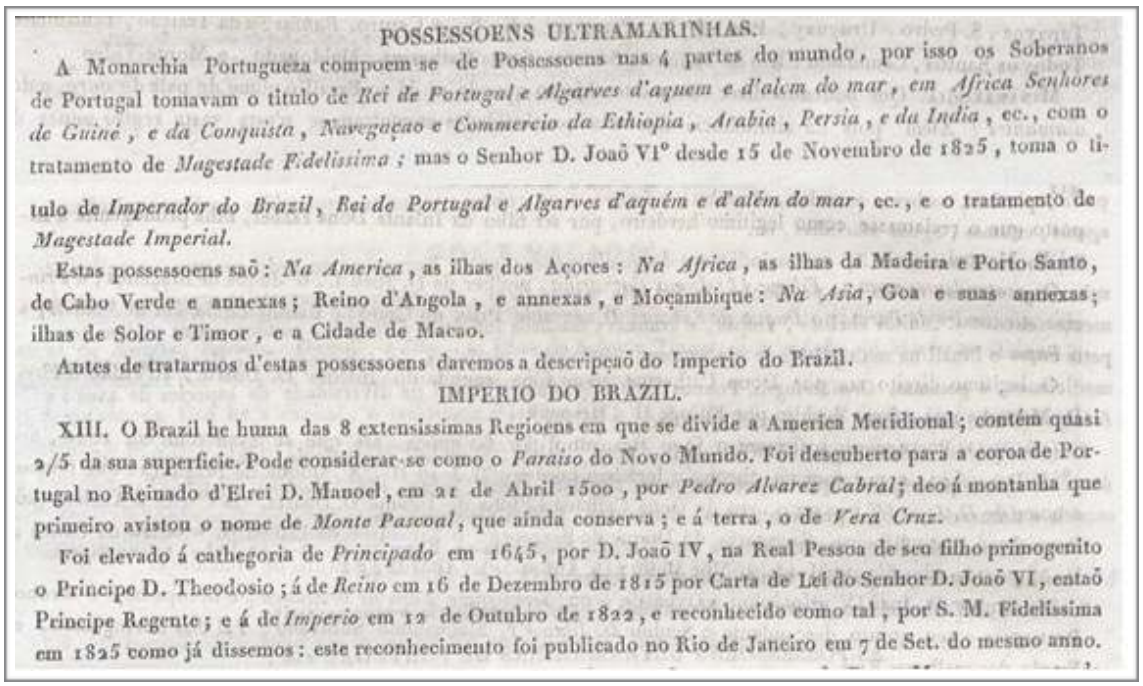
Independent. ou Europa-Americanos.	Republicas, e Federaçoens.	Venezuella, ou Columbia	380	680	60,000	900,000	Prov. 7.	Catholicis., mas os Indios bravios, idolatras.	Governo Federal (z).	Carracas	42,000
		Nova Granada	1000	280	80,000	1,500,000	» 24.			S. Fé de Bogot.	30,000
		Peru'	1260	300	60,000	1,500,000	» 5.		Federaçoens	Lima	47,000
		Chili	1150	340	163,000	1,200,000	» 15.			Santiago	50,000
		Buenos-Ayres	...	....	144,000	2,000,000	» 6			Buenos-Ayres.	70,000
Estados Europeos.	Brazil (Reino)		2400	2000	300,000	3,900,000	» 22.		Governo colonial	Rio de Janeiro	120,000
	Guiana Hollandeza		350	220	.....	150,000	» 3.			Surinam	10,000
	Guiana Franceza		450	210	.....	50,000	.....			Cayenna	12,000
Aborigenes.	Amazonia (paiz central)		inc..	inc..	.....	400,000	Tribus..	Paganismo.	Governados por Chefes.	Tem alguns Povoados.	
	Patagonia, ao S.		1300	700							
	Terra do Fogo, e Ilhas		....	....							

(x) Além dos territorios de Arkansas, e Michigan, e districto de Columbia.
(y) Guatimala desannexou-se do Mexico, e declarou-se Estado independente em o 1° de Julho 1823.
(z) As Possessoens Hespanholas n'esta região se declararam independentes, e erigiram em Republicas, e Federaçoens, mas as Potencias Continentaes ainda as não reconheceram por taes; como geografo descrevemo-las no estado em que hoje se acham.

Figura 2 - O Brasil como estado europeu – GIRALDES, 1826, p. 9
Fonte: Giraldes, 1826, p. 9

Ao apresentar as possessões portuguesas, Casado Giraldes (1826, p. 20-21) recorda o título que tomavam os monarcas ("Rei de Portugal e dos Algarves d'Aquém e d'Além do Mar…"), para contrapor (Figura 3): "…mas o Senhor D. João VIº desde 15 de Novembro de 1825, toma o título de Imperador do Brasil, Rei de Portugal e Algarves d'aquém e d'além do mar, ec., e o tratamento de Majestade Imperial."

Ao basearem-se apenas nestes textos, quantos jovens perceberão que D. Pedro de Alcântara proclamou a independência do Brasil e foi aclamado imperador do mesmo? Que a data de 15 de novembro de 1825 é aquela em que D. João VI outorga uma Carta de Lei que assume o Tratado de 29 de agosto do mesmo ano, na qual se reconhece oficialmente a independência do Brasil? O texto deste manual escolar não informa sobre a perturbadora independência do Brasil. De resto, a palavra *independência* está totalmente omissa. Ao contrário, se o titular da Coroa Portuguesa antes tomava o título de "Rei de Portugal e dos Algarves", agora é "Imperador do Brasil, Rei de Portugal e Algarves" – em rigor, aumenta a relevância política do monarca português, agora também imperador.



POSSESSOENS ULTRAMARINHAS.

A Monarchia Portugueza compoem-se de Possessoens nas 4 partes do mundo, por isso os Soberanos de Portugal tomavam o titulo de *Rei de Portugal e Algarves d'aquem e d'alem do mar, em Africa Senhores de Guiné, e da Conquista, Navegaçao e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India*, ec., com o tratamento de *Magestade Fidelissima*; mas o Senhor D. Joaõ VI° desde 15 de Novembro de 1825, toma o titulo de *Imperador do Brazil, Rei de Portugal e Algarves d'aquém e d'além do mar*, cc., e o tratamento de *Magestade Imperial.*

Estas possessoens saõ: *Na America*, as ilhas dos Açores: *Na Africa*, as ilhas da Madeira e Porto Santo, de Cabo Verde e annexas; Reino d'Angola, e annexas, e Moçambique: *Na Asia*, Goa e suas annexas; ilhas de Solor e Timor, e a Cidade de Macao.

Antes de tratarmos d'estas possessoens daremos a descripçaõ do Imperio do Brazil.

IMPERIO DO BRAZIL.

XIII. O Brazil he huma das 8 extensissimas Regioens em que se divide a America Meridional; contém quasi 2/5 da sua superficie. Pode considerar-se como o *Paraiso* do Novo Mundo. Foi descuberto para a coroa de Portugal no Reinado d'Elrei D. Manoel, em 21 de Abril 1500, por *Pedro Alvarez Cabral*; deo á montanha que primeiro avistou o nome de *Monte Pascoal*, que ainda conserva; e á terra, o de *Vera Cruz*.

Foi elevado á cathegoria de *Principado* em 1645, por D. Joaõ IV, na Real Pessoa de seu filho primogenito o Principe D. Theodosio; á de *Reino* em 16 de Dezembro de 1815 por Carta de Lei do Senhor D. Joaõ VI, entaõ Principe Regente; e á de *Imperio* em 12 de Outubro de 1822, e reconhecido como tal, por S. M. Fidelissima em 1825 como já dissemos: este reconhecimento foi publicado no Rio de Janeiro em 7 de Set. do mesmo anno.

Figura 3 - A inserção da descrição política do Brasil no livro escolar de Casado Giraldes (1826, p. 20-21)
Fonte: Giraldes, 1826, p. 20-21

Mas continuemos com a descrição de Casado Giraldes. Na sequência da introdução às "Possessões Portuguesas", este autor refere: "Antes de tratarmos destas possessões daremos descrição do Império do Brasil" (idem, p. 21). Sob o enquadramento genérico das referidas possessões, mas sem fazer parte das mesmas, elogia repetidamente o Império do Brasil.

Detenhamo-nos nas palavras de Casado Giraldes sobre o seu estatuto político-administrativo. Depois de referir, entre outros, que *foi descoberto para a coroa*

de Portugal no Reinado d'Elrei D. Manuel, em 21 de Abril 1500, por Pedro Álvares Cabral (idem), acrescenta:

> Foi elevado à categoria de Principado em 1645, por D. João IV...; à de Reino... por... D. João VI...; e à de Império em 12 de outubro de 1822, e reconhecido como tal, por S. M. Fidelíssima em 1825, como já dissemos: este reconhecimento foi publicado no Rio de Janeiro em 7 de Set. do mesmo ano.

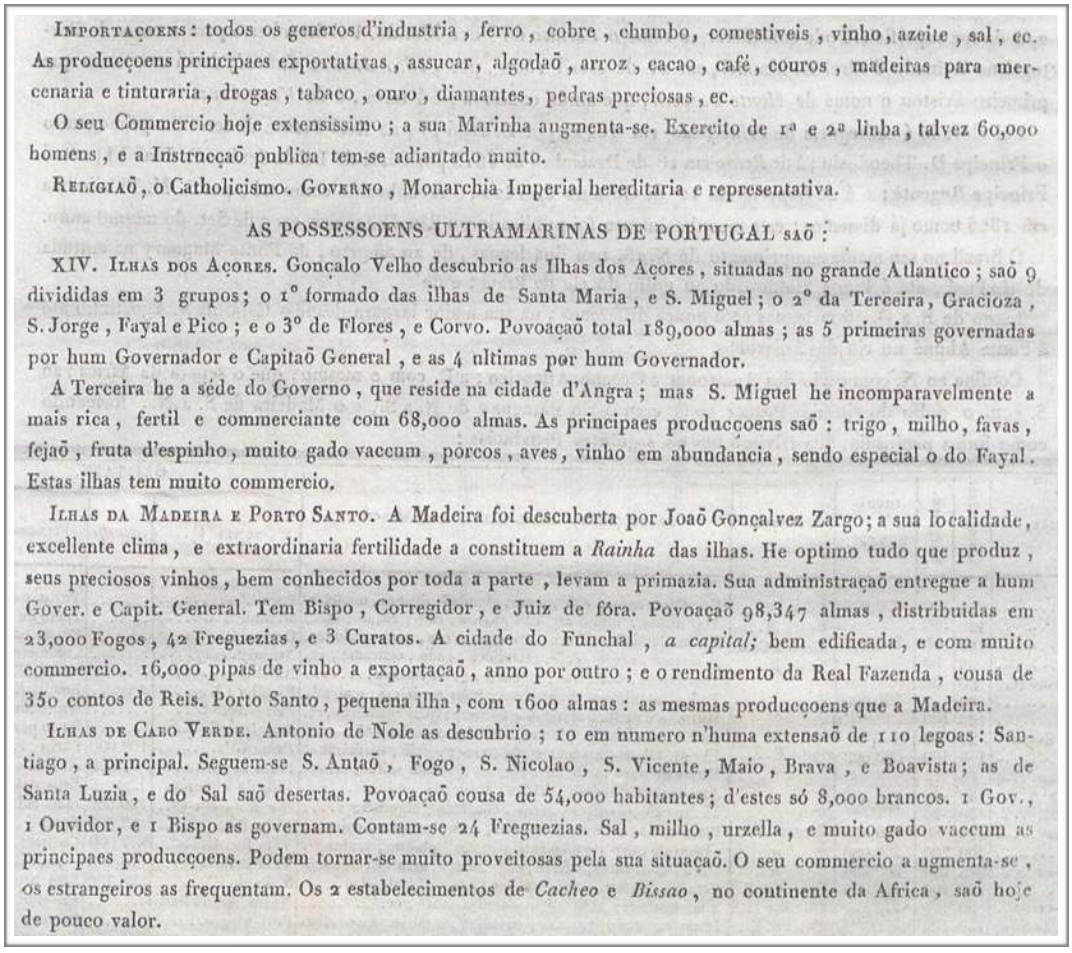
Dificilmente poderíamos encontrar descrição mais harmónica da evolução de um território progressivamente valorizado politicamente, sempre com intervenção ativa do rei português. Mais adiante, o Brasil é identificado como uma *Monarquia Imperial Hereditária e representativa*. (Figura 4). Sem se poder falar em incorreções formais, apoiado na própria ambiguidade do processo político de reconhecimento da independência do Brasil, a reivindicação desta independência, a sua proclamação e a difícil aceitação por Portugal estão completamente omissos.

Entretanto, a descrição do Brasil dificilmente poderia ser mais elogiosa para o novo país. Para Casado Giraldes, Brasil *Pode considerar-se como o Paraíso do Novo Mundo* (idem). Aparte o comentário de que os seus peixes são *pouco saborosos* (idem, p. 23), não escasseiam os elogios, como os de que tem um *Terreno Fertilíssimo, se dá ao Brasil o nome de país do ouro, e dos diamantes!* (idem) ou, ainda (Figura 4), o de que *O seu Comércio hoje extensíssimo; a sua Marinha aumenta-se... e a Instrução pública tem-se adiantado muito.*

Finda a descrição do Brasil, surgem, então, *As Possessões Ultramarinas de* Portugal. A sua descrição das mesmas possessões é tendencialmente elogiosa, como sucede particularmente com a próspera ilha da Madeira. Contudo, Casado Giraldes não hesita em afirmar que *os 2 estabelecimentos de Cacheu e Bissau, no continente de África, são hoje de pouco valor* (Figura 3), desvalorizando o território que hoje corresponde à Guiné Bissau. Mais extraordinária ainda, é a crítica que faz às trocas comerciais com a Índia, habitualmente consideradas de grande relevância nacional, também do ponto de vista histórico: *O comércio da Índia é muito prejudicial a Portugal, que é obrigado a saldar com moeda o extraordinário balanço* (idem, p. 23). São praticamente inéditos comentários tão críticos a duas possessões ultramarinas portuguesas (CLAUDINO, 2001).

O mesmo autor escolar, que não assume explicitamente a independência do Brasil e que não lhe regateia elogios, é simultaneamente aquele que, de forma mais desabrida, se refere ao reduzido interesse ou aos problemas de outras possessões. O

interesse deste diplomata pragmático numa descrição favorável do Brasil parece evidente.



Importaçoens: todos os generos d'industria, ferro, cobre, chumbo, comestiveis, vinho, azeite, sal, ec. As producçoens principaes exportativas, assucar, algodaõ, arroz, cacao, café, couros, madeiras para mercenaria e tinturaria, drogas, tabaco, ouro, diamantes, pedras preciosas, ec.

O seu Commercio hoje extensissimo; a sua Marinha augmenta-se. Exercito de 1ª e 2ª linha, talvez 60,000 homens, e a Instrucçaõ publica tem-se adiantado muito.

Religiaõ, o Catholicismo. Governo, Monarchia Imperial hereditaria e representativa.

AS POSSESSOENS ULTRAMARINAS DE PORTUGAL saõ:

XIV. Ilhas dos Açores. Gonçalo Velho descubrio as Ilhas dos Açores, situadas no grande Atlantico; saõ 9 divididas em 3 grupos; o 1º formado das ilhas de Santa Maria, e S. Miguel; o 2º da Terceira, Gracioza, S. Jorge, Fayal e Pico; e o 3º de Flores, e Corvo. Povoaçaõ total 189,000 almas; as 5 primeiras governadas por hum Governador e Capitaõ General, e as 4 ultimas por hum Governador.

A Terceira he a séde do Governo, que reside na cidade d'Angra; mas S. Miguel he incomparavelmente a mais rica, fertil e commerciante com 68,000 almas. As principaes producçoens saõ: trigo, milho, favas, fejaõ, fruta d'espinho, muito gado vaccum, porcos, aves, vinho em abundancia, sendo especial o do Fayal. Estas ilhas tem muito commercio.

Ilhas da Madeira e Porto Santo. A Madeira foi descuberta por Joaõ Gonçalvez Zargo; a sua localidade, excellente clima, e extraordinaria fertilidade a constituem a *Rainha* das ilhas. He optimo tudo que produz, seus preciosos vinhos, bem conhecidos por toda a parte, levam a primazia. Sua administraçaõ entregue a hum Gover. e Capit. General. Tem Bispo, Corregidor, e Juiz de fóra. Povoaçaõ 98,347 almas, distribuidas em 23,000 Fogos, 42 Freguezias, e 3 Curatos. A cidade do Funchal, *a capital;* bem edificada, e com muito commercio. 16,000 pipas de vinho a exportaçaõ, anno por outro; e o rendimento da Real Fazenda, cousa de 350 contos de Reis. Porto Santo, pequena ilha, com 1600 almas: as mesmas producçoens que a Madeira.

Ilhas de Cabo Verde. Antonio de Nole as descubrio; 10 em numero n'huma extensaõ de 110 legoas: Santiago, a principal. Seguem-se S. Antaõ, Fogo, S. Nicolao, S. Vicente, Maio, Brava, e Boavista; as de Santa Luzia, e do Sal saõ desertas. Povoaçaõ cousa de 54,000 habitantes; d'estes só 8,000 brancos. 1 Gov., 1 Ouvidor, e 1 Bispo as governam. Contam-se 24 Freguezias. Sal, milho, urzella, e muito gado vaccum as principaes producçoens. Podem tornar-se muito proveitosas pela sua situaçaõ. O seu commercio augmenta-se, os estrangeiros as frequentam. Os 2 estabelecimentos de *Cacheo* e *Bissao*, no continente da Africa, saõ hoje de pouco valor.

Figura 4 - O Brasil, excluído das possessões Ultramarinas Portuguesas, é alvo de uma descrição elogiosa (GIRALDES, 1826, p. 22)
Fonte: Giraldes, 1826, p. 22.

Manuais: socializar interesses institucionais e representações coletivas

Em Portugal, há um evidente desgosto pela independência do Brasil, a maior e mais rica possessão e a única que, a partir do começo do século XVIII, consegue atrair a boa nobreza do Reino.

Contudo, há ainda a esperança de que, sendo o Imperador do Brasil D. Pedro I, descendente e herdeiro de D. João VI, ao tornar-se rei de Portugal por falecimento do seu pai, se conseguisse retomar a união política entre o Reino de Portugal e o Império do Brasil. Não é isto que sucederá: D. Pedro IV, consciente da inviabilidade desta opção, logo que proclamado rei de Portugal, abdica da Coroa em favor de sua filha Maria da

Glória, na condição de casar com o tio, D. Miguel, a quem é entregue a regência de Portugal (MARQUES, 1986, p. 10). No entanto, este manual escolar é redigido antes da morte de D. João VI e das decisões políticas subsequentes de D. Pedro IV. Será, afinal, aquela esperança portuguesa de unidade política ao nível dos estados que justificará a ambiguidade do discurso de Casado Giraldes, quando exclui o Brasil das possessões portuguesas no âmbito da descrição de Portugal (não na descrição da América, como verificámos), mas se recusa a assumir a respetiva independência – num texto cuidado, feito de omissões.

O discurso escolar da Geografia encontra-se, aqui, ao serviço das preocupações nacionalistas portuguesas, bem assumidas pela pena de Casado Giraldes. O livro de Casado Giraldes ilustra bem como os manuais constituem um instrumento privilegiado de fazer passar, mais do que informações, poderosas mensagens políticas e institucionais, como antes se referiu.

O Brasil, reconhecidamente independente, continuará, ao longo de muitos anos, a merecer um lugar de destaque nos textos escolares de Geografia portugueses e a merecer os mais rasgados elogios. Muitos portugueses continuarão a emigrar para o Brasil, preterindo outros territórios de soberania portuguesa, ao contrário do que pretendem as autoridades de Lisboa. Na sua abordagem da antiga colónia do Brasil, os manuais escolares de Geografia reproduzem e amplificam os interesses institucionais e políticos dominantes, colocando abertamente em causa a objetividade das informações que fornecem, mas também veiculam as representações coletivas dominantes que eles próprios ajudam a construir e a consolidar.

Referências Bibliográficas

ALBERTO, Alzira F. S. S. **O Contributo da Educação Geográfica na Educação Ambiental** – a Geografia no Ensino Secundário. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 2001.

APPLE, Michael W. **Os Professores e Currículo:** Abordagens Sociológicas. Lisboa: Educa, 1997.

BALBI, Adrien. **Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et d'Algarve**, Comparé aux autres États de l'Europe...Paris: ChezReyetGravier, Libraires, 1822.

BOTELHO, Sebastião X. **Memória Estatística sobre os Domínios Portugueses na África Oriental.** Lisboa: Tip. de José Baptista Morando, 1835.

CASTELL, Suzanne de; LUKE, Allan; LUKE, Carmen. **Language, Authority and Criticism** - Readings on the School Textbook. London: TheFalmerPress, 1989.

CLAUDINO, Sérgio. O Ensino de Geografia em Portugal: uma perspectiva. In: **Inforgeo**, Lisboa, nº 15, p. 169-190, 2000.

CLAUDINO, Sérgio. **Portugal através dos manuais escolares de Geografia.** Século XIX. As imagens intencionais. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2001.

CLAUDINO, Sérgio. Teaching Geography in Portugal: Going back to the future. In: **Review Problems of Education in the 21st Century**, Siauliai, vol. 27, p. 30-38, 2011.

CHOPPIN, Alain. **Les Manuels Scolaires:** Histoire et Actualité. Paris: Hachette.

GIRALDES, Joaquim Pedro Cardoso Casado. **Compêndio de Geografia-Histórica Antiga e Moderna**, e Cronologia, para uso da Mocidade Portuguesa. Paris: Fantin, Livreiro; Rey e Gravier, Livreiros; Aillaud, Livreiro, 1826.

JOHNSTON, Ron. The politics of changing human geography's agenda: textbooks and the representation of increasing diversity. In: **Transactions of the Institute of British Geographers**, London, vol. 31, nº 3, p. 286–303, Sept, 2006

LESTEGÁS, Francisco Rodriguez. From Spain to Europe: The geographical construction of identities in textbooks. In: RODRIGUEZ, Jesús Rodriguez; HORSLEY, Mike; KNUDSEN, Susanne V. Local, **National and Transnacional identities in Textbooks and Educational Media**. Ten Conference on Research on Textbooks and Educational Media. Santiago de Compostela, IARTEM, p. 305-314, 2009.

LUCAS, Maria Manuela. Organização do Império. In: MATOSO, José História de Portugal. **O Liberalismo (1807-1890).** Lisboa: Editorial Estampa, vol. V, p. 245-266, 1998.

MALTE-BRUN. **Précis de la Géographie Universelle**, ou Description de Toutes les Parties du Monde sur un Plan Nouveau, d'après les grandes divisions naturelles du Globe.... et enrichie des renseignements statistiques publiés dans le dernier ouvrage de Balbi. Bruxelles: Th. Lejeune, Imprimeur-Lithographie, Libraire-Éditeur, N. Édit., T. VI: 1835.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal.** Das Revoluções Liberais aos Nosso Dias. Palas Editores, Lisboa, Vol. III, 3ª Edição, 1986.

MOORE, Teresa. "Textbook identities": Constructing Indigenous students as 'other '. In: MAZEIKIENE, Natalija; HORSLEY, Mike; KNUDSEN, Susanne V. **Educational texts that promote inclusion and diversity.** Representation of Otherness. The Eleventh International Conference on Research on Textbooks and Educational media. Kaunas, IARTEM, p. 50—58, 2011.

PINGEL, Falk. **UNESCO Guidebook on Textbook Research and Textbook Revision.** Paris/ Braunschweig: George Eckert Institute for International Textbook Research, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2010.

PLOSZAJSKA, T. Geography's contribution towards the formation of cultural identities: an historical perspective. In: **IGU**/Comission on Geographical Education, Proceedings Oporto Symposium - Culture, Geography and Geographical Education. Lisboa: Universidade Aberta, p. 69-74, 1998.

RIBEIRO, José da Silva. **História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal.** Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências, Tomo II, 1872; Tomo V, 1876.

RICHAUDEAU, François. **Conception et Productiondes Manuels scolaires** – guide pratique. Paris : UNESCO, 1979.

ROBERT, Seguin. **The Elaboration of School Textbooks.** Methodological Guide. Paris: UNESCO, 1989.

SILVA, Inocêncio Francisco da. **Dicionário Bibliográfico Português**. Lisboa: Imprensa Nacional, Tomo IV, 1860.

TORMENTA, J. Rafael. **Manuais Escolares** – Inovação ou tradição?Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1996.

TORRES, Jurjo. **O Curriculum Oculto.** Porto: Porto Editora, 3ª ed, 1995.

TORGAL, Luis; VARGUES, Isabel. **A Revolução de 1820 e a Instrução Pública.** Porto: Paisagem Editora, 1998.

URCULLU, José. **Tratado Elementar de Geografia Astronómica, Física, Histórica ou Política, Antiga e Moderna.** Porto: Tipografia Comercial Portuense, vol. II: 1837.

Recebido em 03 de setembro de 2014.

Aceito para publicação em 30 de novembro de 2014.